

O QUE A SOCIEDADE DIZ

Uma das maiores preocupações de empresários, economistas e trabalhadores é com as confusas mudanças fiscais.



Flávio Teles de Menezes



Luís Eulálio de Bueno Vidigal



Fábio Meirelles



Celso Martone



Afif Domingos



Abram Szajman



Argeu Egídio



Albano Franco

Vidigal protesta: “É a última vez que...”

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, reagiu com uma advertência ao “pacote” econômico anunciado ontem pelo governo:

— Esta é a última vez que eu aceito aumento de impostos para redução do déficit público. Não sei se o meu protesto será ouvido, mas vou protestar a qualquer nova tentativa.

Para Vidigal, que comentou o assunto em Porto Alegre, “os percentuais de redução do déficit não foram satisfatoriamente detalhados” na exposição de Sarney e Dílson Funaro. “Mas — observou — os otimistas esperam que os cortes sejam suficientes e eu me incluo entre eles”. No entanto, ele chamou a atenção para dois pontos do “pacote” que, na sua opinião, “preocupam”: a antecipação do recolhimento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para as indústrias automobilísticas e de cigarros e a instituição de declarações semestrais de Imposto de Renda para pessoas jurídicas com lucro líquido igual ou superior a 40 mil ORTNs.

Segundo Vidigal, a modificação no IPI irá encarecer a produção final de automóveis e cigarros, porque as indústrias terão de abrir mão de receitas financeiras ou tomar recursos junto a terceiros para cumprir seus compromissos com o fisco. Quanto ao Imposto de Renda, o presidente da Fiesp argu-

mentou que “há muitas empresas com lucros superiores a Cr\$ 2 bilhões que não são grandes empresas, mas médias, e esta antecipação de declaração poderá afetar seu capital de giro e prejudicar reinvestimentos”. Vidigal observou que o limite mínimo para antecipação de declarações do Imposto de Renda deveria ser ampliado para cem mil ORTN. Para ele, “este é um ponto que precisa ser analisado com muito cuidado”.

Fiscalização

Outra questão sobre a qual o governo terá de agir com muito rigor, segundo o empresário, é a da fiscalização da arrecadação de impostos:

— Como grande contribuinte, que está tendo o seu Imposto de Renda aumentado, quero ver se todos os demais que ganham como eu irão pagar o que devem. Tem muita gente que não paga imposto e nem é tributada. O governo terá de atuar com muito rigor para evitar isso, porque todos sabem que a negociação é grande, e que muita gente que deveria pagar impostos não está pagando.

De positivo, ele citou a decisão governamental de colocar em Bolsas as ações de empresas estatais, embora tenha dúvidas sobre se isso irá levar a uma privatização real da economia:

— Se privatiza, eu não sei. Mas pelo menos fica mais fácil. E o governo estará cobrindo os déficits do

Tesouro Nacional com dinheiro mais barato. Isto é positivo na descompressão das taxas de juros no mercado financeiro. O resto é razável.

Na opinião do presidente da Federação e Centro do Comércio do Estado, Abram Szajman, a redução do Imposto de Renda na fonte para os assalariados traz reflexos positivos para o mercado interno:

— Esse tributo e o arrocho salarial sempre foram denunciados pela Fecesp como os grandes responsáveis pela redução significativa do poder aquisitivo da classe média.

Para ele, a isenção de até seis salários mínimos e a redução de imposto para quem ganha até cem salários beneficiará os consumidores e o mercado, compensando a eventual queda de receita com o inevitável crescimento de consumo. Sobre o novo esquema de devolução do Imposto de Renda, Szajman afirmou que não vai criar maiores dificuldades no mercado, já que a maioria dos contribuintes está na faixa de até dez ORTN, cujas restituições serão devolvidas a curto prazo.

O presidente da Fecesp sugeriu a adoção da tabela em ORTN para proporcionar correção automática dos rendimentos tributados, taxando-se o valor dos salários e não sua simples recomposição. Szajman alertou, porém, que, se o governo não realizar a contenção dos gastos públicos, nenhuma dessas medidas surtirá efeito sobre a economia.

Para Marcel Solimeo, do Instituto de Economia Gastão Vidigal, da Associação Comercial de São Paulo, a divulgação do “pacote” econômico deixou muitas dúvidas, principalmente no que se refere à maneira de se colocar em prática algumas medidas. “A redução da retenção do Imposto de Renda na fonte parece uma boa medida mas, se também a renda do assalariado for corrigida, o imposto efetivo vai ser muito maior, o que não deve proporcionar maior ganho para as classes baixas, conforme afirmou o ministro Funaro” — acrescentou o economista.

Sobre a devolução compulsória, Solimeo disse que o governo está acabando com o confisco de um ano ao contribuinte, mas instaurando um confisco de três anos.

No Rio, o presidente da Bolsa de Valores local, Énio Rodrigues, observou que a medida é importante caso os recursos a serem arrecadados sejam empregados para melhorar o quadro financeiro das empresas estatais, com redução do seu déficit, e não para cobrir despesas de custeio. Já a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) ainda não se manifestou sobre o assunto — embora o setor de veículos tenha sido afetado diretamente pela decisão do governo de antecipar o recolhimento do IPI. Seu vice-presidente, Jacques Baroukh, disse que ainda não havia analisado o “pacote” em detalhes.